

## **CADERNO DE ENCARGOS**

**Contrato de aquisição de serviços de fiscalização e controlo da empreitada de reabilitação das habitações devolutas 304, 338, 358, 363, 373 e 380 e correção de patologias exteriores dos volumes 1, 2, 3, 5 e 17 do Bairro S. João de Deus**



## CLÁUSULAS GERAIS

### I - Disposições Gerais

#### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### (Objeto)

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição dos serviços de **Fiscalização e Controlo da empreitada de «Reabilitação das habitações devolutas 304, 338, 358, 363, 373 e 380 e a correção de patologias exteriores dos volumes 1, 2, 3, 5 e 17 do Bairro S. João de Deus»**.

2. Os serviços de fiscalização e controlo da empreitada terão por objeto imediato o acompanhamento e a verificação do exato e pontual cumprimento da execução, pelo empreiteiro, do projeto e suas eventuais alterações, das disposições do contrato celebrado entre este e o contraente público, assegurando, nessa medida, o fiel cumprimento das imposições do contrato de empreitada e dos documentos que os integram, assim como do respetivo plano de trabalhos em vigor na empreitada, desde a data da consignação da obra até à data da sua receção provisória.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### (Prazo)

1. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, os serviços de fiscalização e controlo da empreitada serão prestados durante o prazo de execução do contrato de empreitada, o qual se estima ser de **180 (cento e oitenta) dias**, acrescido de **45 (quarenta e cinco) dias**, nos termos seguintes:

- a. **15 (quinze) dias** antes da consignação para preparação do início da obra;
- b. **30 (trinta) dias** após conclusão da empreitada para elaboração da conta final/fecho de contas.

2. Sem prejuízo do disposto no número um, o contrato cessa automaticamente a sua vigência quando se atingir o preço global contratualizado.

#### Cláusula 3.<sup>a</sup>

##### (Contrato)

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
  - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

- c. O presente caderno de encargos;
- d. A proposta adjudicada;
- e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante e os suprimentos da mesma.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

5. Consideram-se não escritos os termos e condições constantes da proposta não admitidas por este caderno de encargos e que possam não ter sido detetadas em fase de formação do contrato, sempre que o regulamento do procedimento não tenha admitido a apresentação de propostas variantes.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **(Notificações, informações e comunicações)**

1. As notificações, informações e comunicações a realizar ao abrigo do contrato devem ser efetuadas com suficiente clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo.

2. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o Contraente público e o prestador de serviço, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos.

3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição.

4. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores e que tenham como destinatário o contraente público, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **(Execução contratual)**

1. As normas e prescrições a considerar na prestação de serviços que não sejam taxativamente indicadas no contrato ou neste caderno de encargos, nem constem de disposições legais ou regulamentares em vigor, deverão ser as que melhor se coadunem com a natureza dos serviços a prestar.

2. Os diplomas legais e regulamentares aplicáveis aos serviços serão observados em todas as suas disposições imperativas e nas demais cujo regime não tenha sido alterado pelo título contratual ou pelos documentos que dele fazem parte integrante.

3. As referências a diplomas legislativos portugueses ou comunitários devem também ser entendidas como referências à legislação que os substitua ou modifique.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **(Mandato conferido pelo contraente público)**

1. O cocontratante representará o contraente público na obra e nas relações daquele com o(s) empreiteiro(s) e eventual(ais) subempreiteiro(s).
2. Ao abrigo do mandato identificado no número anterior, o cocontratante praticará todos os atos jurídicos e materiais necessários à perfeita e cabal fiscalização da empreitada.
3. Ao abrigo do contrato, o cocontratante goza das faculdades e poderes do contraente público apenas para a fiscalização ordinária da obra, tal como indicados neste caderno de encargos, não tendo, portanto, poderes para representar o contraente público no que respeita a assunção de direitos e obrigações, perdão de créditos, a transigir ou representá-lo em juízo.
4. O cocontratante disporá de poderes bastantes e estará habilitado com os elementos indispensáveis para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo empreiteiro para o efeito da normal prossecução dos trabalhos.
5. O cocontratante, em geral, gozará de todos os poderes que lhe são atribuídos nos termos do Código dos Contratos Públicos, assumindo-se os poderes de ação como deveres quando a inação junto do empreiteiro, segundo um critério de razoabilidade, comprovadamente prejudique o contraente público na sua relação com aquele.
6. O cocontratante não pode tomar decisões e instruir o empreiteiro com decisões, salvo indicação expressa, por escrito, em contrário do contraente público, que conduzam a qualquer uma das seguintes situações na execução da empreitada:
  - a. Aumento do preço contratual, considerando o valor da proposta;
  - b. Diminuição da qualidade intrínseca contida na proposta do empreiteiro;
  - c. Prorrogação do prazo contratual de execução da empreitada.

## **II - Obrigações Contratuais**

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **(Obrigações principais do cocontratante)**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
  - a. Obrigação de fiscalização técnica, financeira e jurídica do modo de execução do contrato de empreitada;
  - b. Obrigação de monitorização e controlo do cumprimento pelo empreiteiro das obrigações legais respeitantes ao modo de execução dos trabalhos, verificando, designadamente, a habilitação e o cumprimento dos requisitos legais relativamente a todos os intervenientes em obra;

- c. Obrigação e monitorização e acompanhamento do desenvolvimento da obra, por confronto com as obrigações assumidas contratualmente pelo empreiteiro, assessorando em permanência o contraente público, mormente através de notas informativas, relatórios, pareceres, autos e demais instrumentos adequados, para assegurar o planeamento definido e os encargos fixados;
  - d. Obrigação de constituir um sistema de informação completo, organizado e fidedigno relativamente a toda a realidade da obra, documentando, de forma permanente e atual, o contraente público sobre os aspetos relevantes da obra e da sua execução;
  - e. Obrigação de disponibilizar ao contraente público a informação rigorosa e documentada sobre a evolução da obra e sobre as decisões nela tomadas, designadamente sempre que necessário em virtude dos litígios a que a empreitada possa ter dado lugar com o empreiteiro.
  - f. Tomar perfeito e integral conhecimento das condições contratuais relativas à empreitada que será objeto da fiscalização, nomeadamente, do Caderno de Encargos, garantindo o integral e pontual cumprimento, por parte do empreiteiro, de tais condições contratuais;
  - g. Zelar pelo cumprimento, por parte do empreiteiro, do disposto no Código dos Contratos Públicos, nomeadamente nas disposições relativas à subcontratação;
2. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **(Obrigações acessórias do cocontratante)**

Constituem obrigações do cocontratante, para além das demais consignadas no título contratual ou das decorrentes dos preceitos deste caderno de encargos, as seguintes:

- a. Executar os serviços que lhe forem adjudicados com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- b. Não divulgar ou comunicar a terceiros, sem expresso consentimento do contraente público, qualquer informação recebida deste, bem como elementos, estudos ou resultados relacionados com a prestação de serviços;
- c. Sujeitar-se à ação fiscalizadora do contraente público ou dos seus representantes;
- d. Comunicar ao contraente público, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a data da respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da prestação de serviços;
- e. Prestar todos os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pelo contraente público relativamente ao modo de execução dos serviços;

- f. Obrigação de assessorar o contraente público na averiguação e identificação de vícios e patologias da obra em sede de garantia, designadamente aferindo da causalidade adequada das mesmas a vício de construção ou vício de projeto;
- g. Prestar informação ao contraente público, no decurso do período de garantia, que se mostre relevante para ajuizar sobre a eventual existência de vícios de construção;
- h. Acompanhar e pronunciar-se em sede de todas as vistorias subsequentes à receção provisória, seja para efeitos de liberação parcial da caução, seja para efeitos da receção definitiva da obra;
- i. Respeitar os circuitos de comunicação ou relacionamento acordados por escrito para a prestação de serviços, nomeadamente quando envolvam terceiros.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **(Trabalhadores afetos à prestação de serviços)**

1. O cocontratante está obrigado ao cumprimento do disposto no 419.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
2. Nesses termos, os trabalhadores, a serem afetos pelo cocontratante à execução do contrato a celebrar, terão de possuir:
  - a. No caso de contrato com duração superior a 1(um) ano, contrato de trabalho sem termo;
  - b. Nos casos em que o contrato tenha uma duração igual, ou inferior a 1 (um) ano, os trabalhadores poderão possuir contrato de trabalho a termo, desde que por período nunca inferior ao prazo do contrato.
3. O disposto no n.º 2, do presente artigo, não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição, celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho.
4. O disposto nos números 1 e 2, alíneas a) e b), do presente artigo, não são aplicáveis aos trabalhadores que executem tarefas ocasionais, ou serviços específicos e não duradouros, no âmbito da execução do contrato.
5. O incumprimento da obrigação de contratação de trabalhadores, nos termos do disposto no artigo 419.º-A, constitui contraordenação muito grave, punível nos termos do artigo 456.º, alínea f), ambos do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **(Faseamento e Prazo da prestação do serviço)**

1. Os serviços serão prestados pelo prazo de execução da empreitada e conformar-se-ão com o faseamento da mesma e com o decurso da sua execução física e financeira.
2. Sem prejuízo da possibilidade de prorrogação do prazo decorrente da eventual prorrogação do prazo de execução da empreitada, o cocontratante obriga-se a executar os serviços objeto do contrato de acordo com o faseamento previsto e a concluir a prestação de serviços nos prazos seguintes:

- a. **Fase I – Preparação da empreitada: 15 (quinze) dias**, contados desde a data de produção de efeitos do contrato até à data da consignação total ou, até à data da primeira consignação parcial da obra, se for o caso, compreendendo as tarefas principais seguintes:
- i. Preparar e participar nas reuniões de preparação de obra, e assessorar o representante do Contraente Público de forma a cumprir os requisitos legais no que diz respeito à segurança e saúde no trabalho;
  - ii. Elaborar um registo fotográfico da envolvente de toda a zona a intervir;
  - iii. Delinear e definir os procedimentos de controlo e fiscalização a serem implementadas no decurso da obra;
  - iv. Analisar e validar o Plano de Segurança e Saúde (PSS) apresentado pelo Empreiteiro para efeitos de implementação em obra;
- b. **Fase II - Acompanhamento da obra: 180 (cento e oitenta) dias**, no período compreendido entre a consignação e a receção provisória da empreitada, compreendendo:
- i. Preparar e participar nas reuniões de obra, com elaboração da respetiva ata, assessorar o representante do contraente público de forma a cumprir os requisitos legais no que diz respeito à segurança e saúde no trabalho;
  - ii. A verificação da qualidade dos trabalhos e todo o acompanhamento inerente, mormente respeitante a materiais;
  - iii. A verificação do cumprimento do projeto e da disciplina contratual, em particular do planeamento definido e dos prazos estabelecidos, bem como dos meios humanos e materiais mobilizados por confronto com a proposta;
  - iv. A medição da obra e a elaboração da conta corrente;
  - v. Prestação mensal de informação circunstanciada ao contraente público sobre o estado da obra através de relatório de acompanhamento mensal;
  - vi. Registos diários com informações relevantes para o acompanhamento da obra, nomeadamente cargas de mão de obra e equipamentos; condições climatéricas; atividades realizadas; ocorrências excecionais ou relevantes, entre outros;
  - vii. A realização de vistorias à obra, nas datas convocadas pelo contraente público, para efeitos de receção provisória e da elaboração do respeito auto, sem prejuízo do prolongamento dos serviços compreendidos nesta fase caso a obra não se encontre em condições de ser recebida;
  - viii. Apresentação ao contraente público da compilação técnica, das telas finais e de parecer relativo ao modo como se encontram cumpridas as obrigações legais e contratuais do empreiteiro, bem como o modo como foi executado o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos legais em vigor;
  - ix. Acompanhamento e verificação da Peritagem e Plano de Monitorização a ser elaborado pela entidade executante.

- c. **Fase III - Encerramento da empreitada: 30 (trinta) dias**, contados desde a receção provisória da obra até à elaboração do relatório final da obra, compreendendo:
- A elaboração da conta final da empreitada e a implementação do procedimento destinado à sua assinatura pelo contraente público e pelo empreiteiro no prazo máximo de **20 (vinte) dias** após a receção provisória total da obra;
  - Apresentação, no momento próprio, da revisão de preços definitiva da empreitada;
  - Elaboração do relatório final da obra no prazo máximo de **10 (dez) dias** após a data de assinatura da conta final da empreitada.
3. No decurso da fase II dos serviços, o cocontratante deverá entregar, de forma atempada, ao contraente público as informações, pareceres e apreciações necessárias à tomada de decisões referentes à empreitada e às pretensões do empreiteiro, de forma a permitir a produção e notificação deste último, de uma decisão fundamentada, nomeadamente:
- Boletins de aprovação de materiais e equipamentos – no prazo máximo de 7 (sete) dias após apresentação pela entidade executante;
  - Pedidos de esclarecimento - no prazo máximo de 7 (sete) dias após apresentação pela entidade executante;
  - Atas de reunião semanais – no máximo até o dia anterior à realização da reunião seguinte;
  - Revisão ordinária de preços – apresentada mensalmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias após validação do auto mensal de medição de trabalhos;
  - Relatório de acompanhamento mensal – apresentado mensalmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a conclusão do período a que se reporta.
  - Reequilíbrio financeiro – no prazo máximo de 10 (dez) dias após apresentação pela entidade executante;
  - Análise de Trabalhos Complementares e Trabalhos a Menos – no prazo máximo de 7 (sete) dias após apresentação pela entidade executante;
  - Análise de Erros e Omissões de Projeto – no prazo máximo de 15 (quinze) dias após apresentação pela entidade executante.
  - Análise de pedidos de suspensão da obra – no prazo máximo de 3 (três) dias após a apresentação pela entidade executante.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **(Forma de prestação do serviço)**

- Os serviços de fiscalização compreendem também os serviços de controlo e verificação da segurança, saúde e ambiente no decorrer da empreitada, nomeadamente com o cumprimento do Plano de Segurança e Saúde em fase de obra e do Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.
- Ao cocontratante caberá executar ainda todos os serviços que lhe estejam atribuídos por lei, designadamente pelo Código dos Contratos Públicos, elencados no contrato e nos documentos do concurso que, pela sua natureza normativa, se apresentem vinculativos.

3. Para o acompanhamento da execução do contrato, o cocontratante fica obrigado a manter com a regularidade que a contraente público julgar conveniente (no mínimo uma vez por semana) reuniões de coordenação, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.

4. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do cocontratante, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

5. O cocontratante fica também obrigado a apresentar ao contraente público, com uma periodicidade mensal, respeitando o modelo disponibilizado pelo contraente público, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços.

6. No termo dos serviços de fiscalização da empreitada, o cocontratante deve ainda elaborar um relatório final, respeitando o modelo disponibilizado pelo contraente público, discriminando os principais acontecimentos e catividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.

7. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **(Dever de sigilo)**

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de garantia da obra fiscalizada, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **(Preço Base)**

1. Para efeitos do n.º 1 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base do procedimento é de **40.703,75 € (quarenta mil, setecentos e três euros e setenta e cinco cêntimos)**, significando este o montante máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, **o qual não se encontra sujeito à concorrência** e se divide da seguinte forma:

- a. O valor de **32.982,50 € (trinta e dois mil, novecentos e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos)** referente à prestação de serviços de fiscalização e acompanhamento do contrato de empreitada, pelo prazo contratual inicialmente previsto;
- b. O valor de **7.721,25 € (sete mil, setecentos e vinte e um euros e vinte e cinco cêntimos)**, referente a prorrogações de prazo que poderão resultar da eventual prorrogação do prazo de execução do contrato de empreitada.

2. Fixam-se ainda os seguintes preços base máximos mensais por técnico, **os quais se encontram sujeitos à concorrência**:

Cod.	Função	Preço Unitário
1	Diretor de Fiscalização	3.600,00 €
2	Fiscal de Construção Civil	2.650,00 €
3	Coordenador de Segurança e Saúde	2.950,00 €
4	Técnico de Segurança e Saúde	2.375,00 €

3. Os preços constantes das propostas não incluem IVA e devem ser indicados em euros, por extenso e em algarismos, com referência à segunda casa decimal.

4. Em caso de divergência, os preços indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

5. Sempre que nas propostas sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os mais decompostos.

6. O preço referido no n.º 1 do presente artigo inclui todos os custos, encargos e despesas inerentes ao objeto do contrato.

#### **Cláusula 14.ª**

##### **(Preço Contratual)**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público pagará ao cocontratante o preço contratual correspondente aos preços unitários constantes da proposta adjudicada, multiplicados pelos serviços efetivamente prestados pelo Contraente Privado, por técnico a afetar à prestação de serviços, até ao montante máximo de **40.703,75 € (quarenta mil, setecentos e três euros e setenta e cinco cêntimos)**.

2. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

3. O preço a que se refere o n.º 1 será pago mensalmente, em consonância com os termos previstos na proposta do cocontratante.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **(Condições de pagamento)**

1. A(s) quantia(s) devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pelo contraente público das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida mensalmente quando concluída, de forma perfeita, a prestação do cocontratante a que a obrigação está associada.

3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento das obrigações de pagamento do preço, terá o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida pelo período correspondente à mora, calculados à taxa de juros fixada no n.º 2 do artigo 806.º do Código Civil, para o incumprimento das obrigações civis.

#### **Cláusula 16.ª**

##### **(Fatura eletrónica)**

1. No âmbito da execução do presente contrato, o cocontratante fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, a enviar todos os documentos de faturação através de EDI (Electronic Data Interchange), ou, em alternativa, para o e-mail [fe@domussocial.pt](mailto:fe@domussocial.pt), anexando unicamente o PDF da fatura e o ficheiro XML no formato CIUS-PT.

2. As faturas devem ser emitidas em nome da CMHP – Domussocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M. NIF: 505037700, sita na Rua Monte dos Burgos, 12, Porto – Unidade orgânica (indicada na respetiva nota de encomenda), com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.

3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nas cláusulas 7.ª e 8.ª do Caderno de Encargos, as faturas são pagas através de transferência bancária.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **(Revisão de preços)**

Não há lugar à revisão do preço contratualmente fixado.

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **(Cessão da posição contratual pelo cocontratante)**

1. A cessão da posição contratual pelo cocontratante o depende da autorização do contraente público, observado o disposto no artigo 316.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior:
  - a. Devem ser apresentados pelo cessionário todos os documentos de habilitação exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
  - b. O contraente público deverá apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, a cessão da posição contratual pode ser autorizada pelo contraente público, desde que devidamente comprovada e fundamentada, nos casos de:
  - a. Iminência de incumprimento contratual por parte do cocontratante, causada, designadamente pela necessidade de ajustamento dos meios materiais ou humanos ou outras circunstâncias que tenham impacto direto na execução do contrato;
  - b. Iminência de apresentação à insolvência.
4. O pedido de cessão de posição contratual deve ser remetido através de comunicação escrita ao contraente público, devidamente instruído com os documentos exigidos nos números anteriores.
5. A formalização da cessão da posição contratual não pode revestir forma menos solene do que a do contrato.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **(Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante)**

1. O contrato consagrará a prerrogativa de autoridade do contraente público, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, de impor ao cocontratante a cessão, por este, da sua posição no contrato, em caso de incumprimento, por este, das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato.
2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data indicada por este.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **(Subcontratação)**

1. A subcontratação, por parte do cocontratante, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do contraente público e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código.

A autorização à subcontratação pelo cocontratante na fase de execução do contrato rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **(Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais)**

1. O cocontratante obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo contraente público ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.

2. Os dados pessoais a que o cocontratante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do contraente público.

3. O cocontratante compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo contraente público.

4. No caso em que o cocontratante seja autorizado pelo contraente público a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5. O cocontratante obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 58/2019 de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e na demais legislação aplicável, em particular o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o cocontratante celebre com outras entidades por si subcontratadas.

6. O cocontratante obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

- a. Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;
- b. Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;

- c. Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantido o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
  - d. Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o contraente público esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - e. Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do contraente público contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
  - f. Prestar ao contraente público toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o contraente público informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
  - g. Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.
7. O cocontratante será responsável por qualquer prejuízo em que o contraente público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao cocontratante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o cocontratante e o referido colaborador.
9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

### **III - Penalidades Contratuais e Resolução**

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **(Sanções contratuais pecuniárias)**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, nos seguintes termos:
- a. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma penalidade contratual, compreendida entre 50,00 € (cinquenta euros) e 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), por cada incumprimento verificado, a fixar tendo em conta a gravidade do incumprimento.

- b. Por cada violação das obrigações de mobilização dos recursos humanos indicados no contrato, designadamente no que diz respeito aos elementos, respetiva formação e afetação, a aplicação duma sanção pecuniária diária de 100,00 € (cem euros);
  - c. Por cada não comparência injustificada de qualquer técnico do Cocontratante, que não tenha sido, com antecedência adequada, comunicada ao Contraente público, e por este aceite como justificada, a aplicação duma sanção pecuniária diária de 100,00 € (cem euros);
  - d. Em caso de incumprimento do prazo no envio dos pareceres ou documentos previstos nas alíneas a) a e) do número 3 da cláusula 10.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos, a aplicação duma sanção pecuniária diária de 50,00 € (cinquenta euros);
  - e. Em caso de incumprimento do prazo no envio dos pareceres ou documentos previstos nas alienas f) a i) do número 3 da cláusula 10.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos, a aplicação duma sanção pecuniária diária de 200,00 € (duzentos euros);
  - f. Em caso de incumprimento da assessoria ao contraente público durante a fase da garantia da obra, nomeadamente a falta injustificada na vistoria a efetuar nos termos do artigo 398.º do Código dos Contratos Públicos e na falta de assessoria ao Dono da Obra, no caso de algum defeito ou patologia ser identificado durante o prazo de garantia da obra, a aplicação duma sanção pecuniária de 200,00 € (duzentos euros) por cada incumprimento.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, para a determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração do incumprimento, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
3. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, por cada reincidência do mesmo técnico, o valor da sanção pecuniária duplica até ao limite máximo de três reincidências, a partir do qual o cocontratante terá de promover a substituição do técnico em apreço.
4. O disposto nos números anteriores não prejudica o direito do contraente público de exigir a retirada dos técnicos que irregularmente estejam a substituir os técnicos aprovados para as funções em causa.
5. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.
7. Nos casos dos incumprimentos previstos no n.º 1, que, por negligência grave, resultem, designadamente, na demolição de partes da obra e/ou levem a atraso no prazo de execução da empreitada, pode o Contraente público imputar ao cocontratante, na proporção da sua responsabilidade, o valor dos danos emergentes que daí decorram.
8. Caso a caução prestada pelo cocontratante não assegure o ressarcimento do dano sofrido pelo contraente público, por aplicação da cláusula penal prevista no presente normativo, poderá o contraente público proceder à compensação daquele seu crédito com qualquer outro que sobre ele tenha o cocontratante, nos termos do disposto no artigo 847.º do Código Civil.

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **(Força maior)**

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que possibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
- b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
- g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **(Resolução por parte do contraente público)**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a. Incumprimento na afetação dos serviços dos meios humanos nos termos previstos no Caderno de Encargos;
  - b. A afetação de técnicos que não preencham de forma integral o perfil declarado na proposta;
  - c. A substituição de meios humanos que integram a equipa mobilizada, sem prévia autorização escrita do contraente público;
  - d. A deficiente monitorização da empreitada e o insuficiente acompanhamento do cumprimento, pelo empreiteiro, das obrigações legais e contratuais que sobre ele impendem;
  - e. A deficiente identificação dos subempreiteiros a operar em obra e verificação das respetivas habilitações para a execução dos trabalhos que têm a seu cargo;
  - f. O deficiente controlo do cumprimento, pelo empreiteiro, das normas referentes à subcontratação, previstas no Caderno de Encargos da empreitada e previstas na lei;
  - g. O atraso na prestação de informação e reporte ao contraente público de circunstâncias da obra, ou pretensões do empreiteiro, impeditivas para este poder, avisadamente, encetar as diligências necessárias à prevenção de danos ou à tomada de decisões que impliquem encargos para o erário público.
  - h. No caso de o atraso na indicação da composição nominativa da equipa de Fiscalização e a respetiva apresentação dos documentos previstos nas cláusulas especiais do caderno de encargos (Meios Humanos), que comprovam as qualificações técnicas da equipa, perdurar por mais de 30 (trinta) dias.
2. Para efeitos do previsto no número anterior, considera-se reiterado o incumprimento da mesma obrigação por 3 (três) vezes.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.
4. A resolução sancionatória do contrato pelo incumprimento definitivo do mesmo pelo cocontratante constituiu o contraente público no direito a uma indemnização pelos prejuízos sofridos pelo inadimplemento da contraparte, indemnização essa que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 810.º do Código Civil, se fixa no montante correspondente a 20% do preço contratual.
5. O disposto no número precedente não obsta a que o contraente público exija indemnização pelo dano excedente à pré-liquidação ali concretizada.
6. O contraente público pode, a todo o tempo, nos termos do disposto no artigo 334.º do Código dos Contratos Públicos, proceder à resolução do contrato por razões de interesse públicos de que dará conhecimento ao cocontratante.
7. Na hipótese prevista no número anterior, o contraente público indemnizará o cocontratante pelos danos emergentes e lucros cessantes no montante que se pré-liquida em 10% do valor das prestações contratuais por executar.

## IV - Caução e Seguros

### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

#### **(Execução da caução)**

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do regulamento do procedimento, pode ser executada pelo contraente público, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo, pelo cocontratante, das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.

3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 8 dias após a notificação do contraente público para esse efeito.

4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos previstos na cláusula seguinte.

### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

#### **(Liberação da caução)**

A caução, se prestada, será liberada gradualmente, nos seguintes termos:

- a. Liberação de 80% da caução até 30 dias após a elaboração da conta final da empreitada;
- b. Liberação dos restantes 20% da caução até 30 (trinta) dias após a receção definitiva da empreitada.

### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

#### **(Seguros)**

1. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:

- a. De responsabilidade civil do cocontratante, que garanta a cobertura de todos os riscos e danos direta ou indiretamente emergentes dos serviços prestados, assegurando o pagamento de todas as indemnizações que a esse título sejam devidas, quer ao contraente público, quer a terceiros;
- b. De acidentes de trabalho e doenças profissionais relativamente a todo o pessoal ao seu serviço, de acordo com a legislação em vigor.

2. O contraente público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o cocontratante fornecê-la no prazo de 8 dias.

## **V - Disposições Finais**

### **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

#### **(Gestor do Contrato)**

1. O contraente público designará um seu colaborador como gestor do contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. Fica reservado ao órgão decisor do contraente público a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitantes à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato.

### **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

#### **(Obrigações complementares)**

O cocontratante fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em matérias de qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social, reservando-se o contraente público o direito de avaliar, a todo o tempo, o cumprimento das obrigações dos requisitos identificados no código de conduta de fornecedores, disponível em [www.domussocial.pt](http://www.domussocial.pt).

### **Cláusula 30.<sup>a</sup>**

#### **(Foro competente e legislação aplicável)**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa e para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula 31.<sup>a</sup>**

#### **(Avaliação do Cocontratante)**

A prestação contratual do cocontratante será avaliada em conformidade com os critérios específicos definidos pelo contraente público para o efeito, critérios esses que se encontram em anexo ao presente Caderno de Encargos.

### **Cláusula 32.<sup>a</sup>**

#### **(Contagem dos prazos)**

Os prazos previstos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 33.<sup>a</sup>**

#### **(Vigência)**

O contrato entrará em vigor na data da aposição da sua publicação no Portal dos Contratos Públicos.

## **CLÁUSULAS ESPECIAIS**

### **I-. Disposições Gerais**

### **Cláusula 34.<sup>a</sup>**

#### **(Função da Fiscalização)**

1. Ao cocontratante, doravante identificado por “Fiscalização”, incumbe vigiar e verificar o exato cumprimento do projeto e das suas alterações, do contrato, do caderno de encargos e do plano de trabalhos em vigor, designadamente:

- a. Verificar a implantação da obra, de acordo com as referências necessárias fornecidas ao empreiteiro;
- b. Verificar a exatidão ou o erro eventual das previsões do projeto, em especial, e com a colaboração do empreiteiro, no que respeita às condições do terreno;
- c. Identificar erros ou omissões do caderno de encargos, emitir parecer sobre aqueles que tenham sido identificados pelo empreiteiro e ajuizar dos preços adequados à remuneração dos trabalhos de supressão quando necessários;
- d. Identificar trabalhos a mais necessários executar e emitir parecer sobre aqueles que tenham sido reclamados pelo empreiteiro, ajuizando dos preços adequados à remuneração dos mesmos quando determinados executar;
- e. Vigiar os processos de execução da obra;
- f. Aprovar os materiais a aplicar;
- g. Verificar as características dimensionais da obra;
- h. Verificar, em geral, o modo como são executados os trabalhos;
- i. Verificar a observância dos prazos estabelecidos;
- j. Proceder às medições necessárias e verificar o estado de adiantamento dos trabalhos;
- k. Averiguar se foram infringidas quaisquer disposições do contrato e das leis e regulamentos aplicáveis;
- l. Verificar se os trabalhos são executados pela ordem e com os meios estabelecidas no respetivo plano;
- m. Comunicar ao empreiteiro as alterações introduzidas no plano de trabalhos pelo contraente público e a aprovação das propostas pelo empreiteiro;

- n. Determinar ao empreiteiro a realização de ajustamentos ao plano de trabalhos, solicitar a realização de planos de recuperação e impô-los sempre que os mesmos não sejam apresentados e os mesmos se justifique para prevenir ou minimizar incumprimentos dos prazos contratuais;
  - o. Informar da necessidade ou conveniência do estabelecimento de novas serventias ou da modificação das previstas e da realização de quaisquer aquisições ou expropriações, pronunciar-se sobre todas as circunstâncias que, não havendo sido previstas no projeto, confirmem direito a indemnização e informar das consequências contratuais e legais desses factos;
  - p. Resolver, quando forem da sua competência, ou submeter, com a sua informação, no caso contrário, à decisão do contraente público todas as questões que surjam ou lhe sejam postas pelo empreiteiro e providenciar no que seja necessário para o bom andamento dos trabalhos, para a perfeita execução, segurança e qualidade da obra e facilidade das medições;
  - q. Transmitir ao empreiteiro as ordens do contraente público e verificar o seu correto cumprimento;
  - r. Emitir parecer fundamento relativamente às pretensões do empreiteiro decorrentes do exercício do direito à revisão de preços;
  - s. Verificação do cumprimento, pelo empreiteiro, das disposições legais aplicáveis, designadamente os artigos 383.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, relativamente às habilitações dos subempreiteiros a operar em obra e aos limites de subcontratação admitidos.
2. Para a realização das suas atribuições, a Fiscalização dará ordens ao empreiteiro, far-lhe-á avisos e notificações, procederá às verificações e medições e praticará todos os demais atos necessários.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Fiscalização deverá assegurar a fiscalização e controlo da empreitada sempre de modo a não perturbar o andamento normal dos trabalhos e sem diminuir a iniciativa e correlativa responsabilidade do empreiteiro.
4. A Fiscalização registará no livro de obra os aspetos críticos da execução da empreitada, as ordens, instruções e diretivas emitidas ao empreiteiro, as decisões do Contraente público e os demais aspetos impostos na Portaria n.º 1268/2008, de 6 de novembro.

#### **Cláusula 35.<sup>a</sup>**

##### **(Âmbito dos Serviços)**

1. A Fiscalização deverá assegurar a constituição e a gestão de um sistema de informação, fiscalização e controlo, relativamente à execução da obra, atuando nas áreas funcionais discriminadas nos números seguintes.
2. O sistema de informação e controlo visa desenvolver, primordialmente, as seguintes áreas funcionais, necessariamente interligadas:

- a. Verificação e controlo do exato cumprimento dos projetos de execução e suas alterações no decurso da obra, sempre que necessário, e do caderno de encargos, dos planos de trabalho e outros dados que se entendam convenientes para a análise da evolução e prossecução dos trabalhos de empreitada;
  - b. Acompanhamento pormenorizado de todos os trabalhos realizados pelo empreiteiro;
  - c. Análise, controlo e previsão de tempos e prazos necessários comparando as estimativas baseadas no realizado com os planos de trabalhos da obra, devidamente aprovados;
  - d. Acompanhamento da administração da obra, verificando todas as medições ou revisões orçamentais, apreciando todas as faturas apresentadas pelo empreiteiro, elaborando a conta corrente da obra e prevendo as futuras necessidades de “cash-flow”;
  - e. Comparação das características da obra já realizada, dos materiais dos processos, dos equipamentos e das soluções adaptadas pelo empreiteiro com as cláusulas, condições e características estabelecidos pelo projeto, pelo contrato de empreitada e pelas restantes disposições em vigor;
  - f. Controle da qualidade de execução;
  - g. Coordenação, acompanhamento, análise e controlo das condições de segurança.
3. As ações a desenvolver pela Fiscalização, no domínio da fiscalização e controlo de execução da obra, são todas necessárias à sua completa realização nas melhores condições, salientando-se designadamente, as seguintes:
- a. Contribuir para manter a necessária troca de fornecimento de informação entre todas as entidades intervenientes e o contraente público, para o que deverá a Fiscalização, designadamente:
    - i. Efetuar todas as visitas à obra julgadas convenientes pelo Dono da Obra;
    - ii. Participar e secretariar reuniões com o contraente público, que permitam a análise do andamento dos trabalhos da obra e das ações desenvolvidas pela Fiscalização;
    - iii. Coordenar e secretariar as reuniões e demais contactos que o contraente público, decida efetuar com entidades intervenientes na execução da obra, inclusive dos consultores contratados para o efeito, fazendo executar as ações daí resultantes;
    - iv. Propor, participar e secretariar reuniões com o empreiteiro, com o autor do projeto ou com outras entidades, direta ou indiretamente ligadas à obra, a fim de analisar os trabalhos em curso, esclarecer dúvidas, estudar alterações ou identificar e encaminhar problemas a resolver;
    - v. Preparar, acompanhar ou conduzir da Obra;
    - vi. Fornecer mensalmente todos os dados e estatísticas recolhidas na obra.
  - b. Analisar pormenorizadamente o desenvolvimento das ações realizadas pelo empreiteiro, nomeadamente através de:
    - i. Acompanhamento, análise e medição de todos os avanços corridos na realização da obra com periodicidade mensal;

- ii. Atualização das estimativas das matrizes de consumos unitários, a fim de estarem disponíveis sempre que houver necessidade de as utilizar designadamente para verificar a orçamentação de trabalhos não previstos, mas essenciais à realização da obra;
- iii. Fornecimento de todos estes elementos, dados de avanço e estatísticas de consumo.
- c. Controlar e fazer respeitar a calendarização da obra estabelecido no contrato, corrigido no caso de o prazo vir a ser prorrogado com a anuência do contraente público, designadamente através de:
  - i. Análise e informação, em termos conclusivos, dos planos de trabalhos propostos pelo empreiteiro relativos aos trabalhos contratuais e eventuais adicionais;
  - ii. Estudo das correções necessárias de modo a respeitar com segurança as datas-limite acordadas, com apresentação dos consequentes planos alternativos;
  - iii. Verificação do desenvolvimento da obra em termos dos planos de trabalhos aprovados;
  - iv. Identificar e caracterizar os principais desvios verificados, propondo, fundamentalmente, as ações necessárias à sua compensação - parcial ou total e ou à sua eliminação futura;
  - v. Implementação das medidas aprovadas pelo contraente público, com o fim de recuperar eventuais atrasos, de forma a dar cumprimento às datas estabelecidas;
  - vi. Atualização das estimativas de tempos para os trabalhos ainda por realizar, tendo em conta as estatísticas efetivamente verificados no decurso dos trabalhos já realizados;
  - vii. Produção mensal, e nos casos de inflexões no decurso da obra, dos diagramas de Gant incluindo análise de recursos e tendo em conta as estatísticas e o avanço dos trabalhos já realizados;
  - viii. Atualização mensal, e nos casos de inflexões no decurso da obra, dos cronogramas financeiros previsionais do empreiteiro, tendo em conta as análises anteriores e as regras em vigor.
- d. Controlar a qualidade da obra e dos trabalhos em curso contribuindo para o seu elevado nível, designadamente:
  - i. Elaborar todas as recomendações julgadas convenientes com o fim de preservar a qualidade de execução;
  - ii. Apreciar e informar com antecedência sobre a qualificação e o nível de comportamento profissional dos meios humanos intervenientes, em especial os do empreiteiro divididos pelas diversas especialidades;
  - iii. Participar na realização dos ensaios da obra em colaboração com o empreiteiro, o autor do projeto e outras entidades especializadas;
  - iv. Analisar a qualidade dos materiais, equipamentos e processos utilizados pelo empreiteiro em obra implementando as ações necessárias, nomeadamente comentando com parecer e informando sobre a documentação respetiva apresentada

- pelo empreiteiro e ou demais entidades intervenientes, promovendo sempre que necessário, e/ou o contraente público o entendam, os ensaios de controle em laboratórios próprio e/ou oficial (LNEC preferencialmente);
- v. Verificar as operações executadas pelo empreiteiro e a qualidade dos equipamentos utilizados;
  - vi. Apreciar e informar os planos de mobilização do empreiteiro, no que concerne à mão-de-obra, equipamentos e materiais;
  - vii. Verificar a implantação das partes integrantes da obra e sua geometria antes e ao longo da sua realização;
  - viii. Apreciar e informar sobre o plano de estaleiro do empreiteiro, e das demais instalações provisórias;
  - ix. Realizar todos os desenhos em transparente, bem como em suporte informático, das alterações introduzidos no projeto durante a obra;
  - x. Elaborar e participar ativamente segundo as normas do contraente público, nos processos conducentes à consignação, receção provisória e definitiva da obra.
- e. Acompanhar e controlar todas as condições de segurança com que se desenvolvem os trabalhos da obra, propondo atempadamente todas as medidas julgadas pertinentes.
- i. Realizar mensalmente, e sempre que justificável, relatórios descrevendo as condições de segurança e o cumprimento das respetivas regras;
  - ii. Elaborar inquéritos e análises pormenorizadas sobre todos os acidentes ocorridos, responsáveis por danos humanos e/ou materiais.
- f. Acompanhar e controlar a administração da obra, designadamente:
- i. Proceder mensalmente às medições dos trabalhos executados necessários à elaboração dos autos de medição da obra, e informar sobre reclamações eventualmente apresentadas pelo empreiteiro;
  - ii. Medir e controlar os trabalhos realizados a mais e a menos e proceder à estimativa dos seus valores orçamentais, utilizando as matrizes de consumo já referidas;
  - iii. Determinar, com base nas medições e nas fórmulas de revisão de preços, os pagamentos devidos ao empreiteiro;
  - iv. Elaborar a conta-corrente da obra, segundo as normas legais em vigor, devendo o respetivo plano de conta ser submetido à aprovação do contraente público;
  - v. Controlar e apreciar todas as faturas emitidas pelo empreiteiro, devendo propor fundamentalmente ao contraente público a sua satisfação ou rejeição;
  - vi. Elaborar os cronogramas previsionais e a conseqüente análise de 'cash-flow' com base nos dados fornecidos pelo contraente público.
  - vii. Manter atualizado o mapa de saldos para controlo de todos os artigos constantes do orçamento;

- g. Apoiar do ponto de vista técnico e administrativo qualquer situação contencioso ou diferendo existente entre o contraente público e o empreiteiro e/ou demais entidades intervenientes nos trabalhos, relativo ao respetivo projeto ou à obra, constituindo um dossier denominado «Contencioso», a ser facultado ao contraente público sempre que solicitado, e onde, de forma sistemática, se vá organizando todas as matérias críticas para esse efeito, designadamente as pretensões do empreiteiro e as decisões sobre elas tomadas pelo contraente público, para além da descrição das incidências da empreitada suscetíveis de dar lugar a litígios;
- h. Propor, oportunamente, todas as iniciativas julgadas úteis para garantir o bom prosseguimento dos trabalhos, tais como a consideração de alternativas técnicas ou financeiras.

#### **Cláusula 36.<sup>a</sup>**

##### **(Intervenientes na Obra)**

1. As entidades diretamente intervenientes no desenvolvimento da obra são as seguintes:
  - a. A Domus Social, na condição de dona de obra;
  - b. O empreiteiro geral, eventualmente empreiteiros de trabalhos de especialidade, subempreiteiros e autores do projeto;
  - c. A Fiscalização;
  - d. Eventuais consultores contratados pelo contraente público.
2. Para o desenvolvimento da obra haverá que estabelecer ligações, em perfeita coordenação com o empreiteiro geral, com as entidades que tenham jurisdição, sejam efetuadas e/ou exerçam atividades na área abrangido pelas obras.
3. Compete à Fiscalização o estabelecido e manutenção das ligações que o contraente público entenda deverem ser asseguradas com as outras entidades intervenientes, bem como as consequentes ações que caibam no âmbito da gestão e fiscalização da obra e que entendam cometer-lhes, podendo solicitar ao contraente público as devidas credenciais para esse efeito.
4. Compete à Fiscalização propor o fluxograma, acompanhado de memória descritiva e justificativa, das ligações de rotina a estabelecer com as entidades referidas no n.º 1.
5. Sempre que o contraente público ou a Fiscalização entenderem necessário ao bom andamento dos trabalhos a modificação do fluxograma aprovado, a Fiscalização deverá estudar e propor as adaptações consideradas convenientes.

#### **Cláusula 37.<sup>a</sup>**

##### **(Meios da Fiscalização)**

1. Compete à Fiscalização o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver no âmbito da fiscalização e controlo da

execução da obra, bem como o estabelecimento de todo o sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

2. Se o contraente público verificar que os meios utilizados pela Fiscalização são insuficientes ou menos adequados à boa execução dos trabalhos de sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição.

3. Os planos de mobilização dos meios humanos e materiais deverão ser elaborados em concordância com o estabelecido no plano de trabalhos da empreitada, devendo ser ajustados e aprovados pelo Contraente público sempre que naquele se verifiquem alterações.

#### **Cláusula 38.<sup>a</sup>**

##### **(Organização de Meios)**

1. Compete à Fiscalização organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos e realizar as tarefas que lhe são cometidas, a fim de garantir que a obra seja realizada com um nível máximo de qualidade, segurança e, bem assim, de acordo com os planos e programas estabelecidos.

2. A Fiscalização deverá dar especial atenção a todas as tarefas relacionadas com o controlo de nível de qualidade e das quantidades associadas à execução da obra, pelo que deverá adotar os meios de organização adaptados a esta preocupação.

#### **Cláusula 39.<sup>a</sup>**

##### **(Meios Humanos)**

1. A equipa de fiscalização terá a seguinte composição/afetações:

<b>Cód</b>	<b>Designação</b>	<b>Un</b>	<b>Qt</b>	<b>Habilitação mínima</b>	<b>Fase 1</b>	<b>Fase 2</b>	<b>Fase 3</b>
<b>1</b>	<b>Diretor de Fiscalização</b>	<b>un</b>	<b>1</b>	Experiência igual ou superior a 5 (cinco) anos em funções similares e em obras públicas da mesma natureza; formação comprovada em contratação pública não inferior a 20h;	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>
<b>2</b>	<b>Fiscal Construção Civil</b>	<b>un</b>	<b>1</b>	Experiência igual ou superior a 5 (cinco) anos em funções similares e em obras públicas da mesma natureza, habilitação mínima: Escolaridade obrigatória.	<b>10%</b>	<b>100%</b>	
<b>3</b>	<b>Coordenador de Segurança e Saúde</b>	<b>un</b>	<b>1</b>	Experiência igual ou superior a 5 (cinco) anos em funções similares e em obras públicas da mesma natureza, em Portugal: habilitação mínima: licenciatura – CAP V.	<b>20%</b>	<b>20%</b>	<b>20%</b>

4	<b>Técnico de Segurança e Saúde</b>	un	1	Com experiência igual ou superior a 4 (quatro) anos em funções similares e em obras da mesma natureza; habilitação mínima: licenciatura – CAP V.		50%	
---	-------------------------------------	----	---	--	--	-----	--

Nota: A qualificação profissional exigida aos técnicos responsáveis pela fiscalização da obra é aferida pela aplicação do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação dada pela Lei n.º 25/2018, de 14/06.

2. A mobilização e seleção de todos os meios humanos necessários para a execução dos serviços a cargo da Fiscalização são da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua competência, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.

3. A constituição da equipa de pessoal da Fiscalização, a colocar no local da obra, deverá estar em conformidade com a habilitação e experiência exigidos no Caderno de Encargos.

4. Nas reuniões com o empreiteiro e com o contraente público, a Fiscalização deverá ser representada.

5. Sempre que por motivos de doença ou outros, seja necessária a substituição de qualquer elemento da equipa proposta pela Fiscalização, esta submeterá de imediato à apreciação do contraente público, a sua substituição por elemento da mesma categoria e classe profissional e experiência equivalente ou superior.

6. O plano de férias dos membros da equipa de fiscalização deverá ser previamente submetido a aprovação pelo contraente público, devendo para o efeito, o cocontratante remeter o referido plano no início da prestação de serviços.

7. Deverá ser feita a especificação detalhada das diferentes funções e dos requisitos de cada uma das categorias e classes profissionais das indicadas no n.º 2 e outras que a Fiscalização considere de incluir ou substituir à aprovação do contraente público.

8. A Fiscalização pode, caso assim o entenda e mediante prévia anuência do contraente público, recorrer à intervenção na obra, de qualquer outro especialista.

9. Quando, por qualquer motivo, a intervenção de especialistas referidos no número anterior, possa vir a ter em obra um carácter de atuação sistemática, não pode em qualquer caso constituir encargos adicionais para o contraente público.

10. O contraente público reserva-se ao direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos à Fiscalização, qualquer elemento do seu pessoal que, a seu exclusivo juízo, não tenha aptidões para as funções que ocupe, ou haja desrespeitado os agentes do contraente público, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes na obra, ou ainda tenha provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres.

11. A ordem prevista no número anterior deverá ser fundamentada por escrito, quando a Fiscalização assim o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal indicado.

12. O incumprimento da ordem prevista no número 11 determina a aplicação, à Fiscalização, a aplicação duma sanção pecuniária diária de 100,00 € (cem euros), nos termos da cláusula 22.<sup>a</sup> das cláusulas gerais deste caderno de encargos.

13. O cocontratante designará, de entre os meios humanos afetos aos serviços, um que exercerá as funções de Diretor da Fiscalização e um substituto do Diretor da Fiscalização.

14. O Diretor da Fiscalização será o representante do cocontratante junto contraente público para efeitos de articulação, com esta, da prestação dos serviços.

15. O Diretor da Fiscalização é o principal responsável pela Fiscalização da Obra, assegurando a gestão de todos os serviços, bem como o comando hierárquico do pessoal afeto à Fiscalização da Obra.

16. Até 2 (dois) dias úteis a contar da data da aposição da última assinatura eletrónica no contrato, o cocontratante indicará, por escrito, ao contraente público, para efeitos de aprovação, a composição nominativa da equipa de Fiscalização, procedendo à apresentação dos seguintes documentos, que comprovam as qualificações técnicas da equipa:

- a. **Termo de Responsabilidade do Diretor de Fiscalização**, emitido nos termos do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual;
- b. **Documento** comprovativo da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a prestação dos serviços em causa, nos termos do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação atual, isto é, comprovativo da inscrição válida na respetiva Ordem Profissional ou equivalente, do **Diretor de Fiscalização** e do **Engenheiro Fiscal Eletrotécnico**;
- c. **Certificados de Formação**, emitidos por entidade certificada, relativos à formação em Contratação Pública, do **Diretor de Fiscalização**;
- d. **Documento comprovativo do título profissional válido** de Técnico Superior de Segurança, do **Coordenador de Segurança em Obra**;
- e. **Curriculum Vitae** de todos os elementos da **Equipa** e documentos comprovativos da habilitação mínima indicada no anexo da declaração de afetação da equipa técnica do Programa de Procedimento.

17. Em caso de incumprimento do previsto no número 16 da presente cláusula, o contraente público pode aplicar à Fiscalização, uma sanção contratual, por cada dia de atraso, no valor de 100,00 € (cem euros), não se iniciando a prestação de serviços enquanto durar o incumprimento.

18. No caso de o atraso referido no número anterior perdurar por mais de 30 (trinta) dias, o contraente público poderá resolver o contrato nos termos da cláusula 24.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.

19. Para além do Diretor da Fiscalização, e se assim entender o contraente público, ficarão imperativamente obrigados a estar presentes em todas as reuniões de coordenação de obra todos os elementos que constituem a equipa de fiscalização.

20. Para além dos elementos referidos no número 16 da presente Cláusula, e dos outros elementos técnicos, administrativos e auxiliares que componham a sua equipa, a Fiscalização deverá

contar com a colaboração de um corpo de assessores, de comprovada experiência como projetistas e no acompanhamento de obras, cuja comparência ou atuação, se prevê com carácter ocasional, em função das situações que tal o exijam ou sempre que o contraente público exija a sua presença, sem que para tal exista qualquer custo associado.

#### **Cláusula 40.<sup>a</sup>** **(Meios Materiais)**

1. Todos os meios necessários ao controlo e registo de qualidade, dados topográficos e outros dados técnicos da obra, controlo de produção e meios de transporte são todos da responsabilidade da Fiscalização, incluindo a sua eventual aquisição, manutenção e exploração.

2. A expressa indicação neste caderno de encargos dos meios indispensáveis à Fiscalização, não a desobriga a apetrechar-se com o equipamento necessário e em quantidade suficiente, de modo a garantir uma boa qualidade de trabalho e a qualquer momento reforçá-la.

3. A Fiscalização disporá, para funcionamento dos seus serviços, das instalações que o empreiteiro providenciar, na zona abrangida pela obra.

4. A Fiscalização deverá colocar ao serviço os meios de transporte necessários para a fiscalização da obra, competindo-lhes igualmente assegurar a sua exploração e manutenção. Estes meios de transporte devem ser adequados e suficientes para as funções a que se destinam.

5. Será à responsabilidade da Fiscalização a aquisição de meios de comunicação externa (telefone, computador) de que necessitar.

6. São da responsabilidade da Fiscalização os materiais e equipamentos de escritório, de desenho, de reprodução e de arquivo e consumo corrente, de que necessitar.

#### **Cláusula 41.<sup>a</sup>** **(Pessoal)**

1. A Fiscalização é responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal empregado na execução dos serviços de fiscalização, pela sua boa aptidão profissional e disciplina.

2. A Fiscalização é obrigada a manter a harmonia e a boa ordem no local dos serviços, sendo responsável pela retirada dos elementos que porventura provoquem indisciplina no desempenho das suas funções.

3. A Fiscalização obriga-se a praticar um horário de trabalho idêntico ao horário praticado pelo empreiteiro na obra, devendo permanecer na obra, nesse horário, o pessoal necessário.

4. A Fiscalização obriga-se ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre acidentes de trabalho e medicina no trabalho, relativamente a todo o pessoal, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.

5. A Fiscalização é obrigada a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho ou de doença profissional.

6. A Fiscalização ficará responsável, relativamente à atividade profissional do seu pessoal, pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados.

#### **Cláusula 42.<sup>a</sup>**

##### **(Seguros)**

1. A Fiscalização obriga-se a efetuar o seguro do seu pessoal empregue nos serviços de fiscalização da obra.

2. A Fiscalização obriga-se ainda a segurar os meios de transporte que sejam empregues na prestação de serviços, bem como todo o pessoal neles transportados na qualidade de passageiros, seja quem for, estes últimos com valor ilimitado de responsabilidade civil.

3. Os encargos referentes aos seguros impostos por este caderno de encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, serão da conta da Fiscalização.

4. A Fiscalização obriga-se à elaboração de um manual de segurança a observar em todos os trabalhos da obra, em colaboração com o contraente público, empreiteiro e empresas seguradoras com intervenção na obra.

#### **Cláusula 43.<sup>a</sup>**

##### **(Notificações)**

1. A Fiscalização notificará ao empreiteiro as resoluções do contraente público respeitantes a qualquer aspeto relacionado com a execução da obra, designadamente os atos administrativos por este emanados naquele âmbito.

2. Nas notificações a que se alude no número anterior, a Fiscalização identificará sempre, de forma inequívoca:

- a. O texto integral da decisão do contraente público;
- b. A identificação da empreitada, o contexto em que a decisão se insere, explicitando o autor da mesma e a respetiva data;
- c. A fundamentação da decisão tomada.

#### **Cláusula 44.<sup>a</sup>**

##### **(Incumprimento de Ordem)**

Se o empreiteiro não cumprir ordem legal dimanada pela Fiscalização, nos termos do disposto no artigo anterior e no exercício de poderes de fiscalização, sem que tenha sido absolutamente impedido de o fazer por caso de força maior, deverá a Fiscalização, de forma imediata, por escrito e juntando todos os elementos documentais necessários, reportar tal circunstância ao contraente público, informando-o os riscos e consequências inerentes a tal incumprimento, quer para a qualidade da obra, quer para a segurança de pessoas e bens.

#### **Cláusula 45.<sup>a</sup>**

##### **(Defeitos de Execução da Obra)**

1. Sempre que a Fiscalização, no decurso da execução da empreitada, reconheça que na obra existem defeitos ou que nela não foram observadas as condições do contrato, lavrará auto a verificar o facto e notificará o empreiteiro, juntando-lhe um duplicado do auto para, dentro de prazo razoável, que será simultaneamente indicado, eliminar os defeitos ou suprir os vícios da obra.

2. Se, por incumprimento do empreiteiro e para suprir os defeitos da obra, o dono desta se vir obrigado a socorrer-se de terceiros, a Fiscalização assessorará este, no quadro da sua prestação de serviços, na preparação e elaboração das peças técnicas necessárias a efetivar a contratação.

#### **Cláusula 46.<sup>a</sup>**

##### **(Acompanhamento da Empreitada)**

1. A Fiscalização efetuará mensalmente um relatório de acompanhamento da empreitada, nos termos previstos nas cláusulas gerais deste caderno de encargos, compreendendo:

- a. Um balizamento do plano de trabalhos, identificando descritiva e graficamente as atividades que apresentem eventual desvio relativamente ao previsto contratualmente e sinalizando as repercussões para o cumprimento do prazo contratual;
- b. Um balizamento do cronograma financeiro, identificando descritiva e graficamente os eventuais desvios à realização financeira da empreitada;
- c. Uma identificação dos eventuais constrangimentos ao cumprimento dos pressupostos contratuais da empreitada e de eventuais medidas mitigadoras a empreender;
- d. Uma identificação completa das decisões tomadas até ao momento pelo Contraente público, mormente respeitante a:
  - i. Trabalhos complementares e respetivos preços e prazos;
  - ii. Modificações ao plano de trabalhos aceites e prorrogações de prazo reconhecidas;
  - iii. As sanções contratuais aplicadas ao empreiteiro;
  - iv. Pretensões indemnizatórias do empreiteiro, ou outro tipo de reclamações, e as respetivas decisões tomadas pelo contraente público.

2. O relatório de acompanhamento mensal referido no número anterior será apresentado ao contraente público mensalmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a conclusão do período a que se reporta.

3. O incumprimento do prazo previsto no número anterior determina a aplicação, à Fiscalização, de uma sanção penal, nos termos do presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 47.<sup>a</sup>**

##### **(Balizamento da Empreitada)**

1. A Fiscalização efetuará quinzenalmente um balizamento da empreitada, através do balizamento do plano de trabalhos, identificando descritiva e graficamente as atividades que apresentem

eventual desvio relativamente ao previsto contratualmente e sinalizando as repercussões para o cumprimento do prazo contratual.

2. O relatório de balizamento referido no número anterior será apresentado ao contraente público com uma periodicidade quinzenal.

3. O incumprimento do prazo previsto no número anterior determina a aplicação, à Fiscalização, de uma sanção penal, nos termos do presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 48.<sup>a</sup>**

##### **(Atraso no cumprimento do plano de trabalhos)**

1. Se o empreiteiro, injustificadamente, retardar a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo resultante do contrato, a Fiscalização notificá-lo-á, nos termos do disposto no artigo 404.º do Código dos Contratos Públicos, para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, um plano de trabalhos modificado, que incorpore as medidas necessárias a assegurar a recuperação do atraso verificado.

2. Realizada a notificação prevista no número anterior, se o empreiteiro não apresentar um plano de trabalhos modificado em moldes considerados adequados pela Fiscalização, deverá esta, depois de consultado o contraente público, elaborar um plano de trabalhos, acompanhado da memória descritiva da sua viabilidade e notificá-lo ao empreiteiro para cumprimento.

#### **Cláusula 49.<sup>a</sup>**

##### **(Vistoria no termo do prazo contratual)**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 394.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, a que a Fiscalização deverá dar cumprimento, se no termo do prazo da empreitada a obra não se encontrar concluída, a Fiscalização efetuar uma vistoria à obra para determinação da situação dos trabalhos.

2. Em caso de incumprimento do prazo contratual e de desajustamento do plano de trabalhos, a Fiscalização deverá advertir expressa e formalmente o empreiteiro do atraso verificado e determinar-lhe a apresentação de um plano de trabalhos que vise disciplinar a execução física da obra até à respetiva conclusão.

3. O incumprimento, pela Fiscalização, da obrigação imposta no número anterior determina a aplicação de uma sanção pecuniária diária de 100,00 € (cem euros), nos termos das cláusulas gerais deste Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 50.<sup>a</sup>**

##### **(Multas por Violação dos Prazos Contratuais)**

1. Se incumprido pelo empreiteiro o prazo contratual da empreitada, a Fiscalização, obrigatoriamente, remeterá ao contraente público, juntamente com o auto de medição de trabalhos subsequente, um auto circunstanciado do atraso verificado na obra e da multa a que tal atraso dá lugar, por aplicação do disposto no artigo 403.º do Código dos Contratos Públicos.

2. O auto de aplicação de multas será elaborado nos termos indicados pelo contraente público.

3. O incumprimento, pela Fiscalização, da obrigação imposta no número anterior determina a aplicação de uma sanção pecuniária diária de 100,00 € (cem euros), nos termos da cláusula 22.<sup>a</sup> das cláusulas gerais deste Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 51.<sup>a</sup>**

##### **(Relatório Final e Compilação Técnica)**

1. No prazo de 10 (dez) dias<sup>1</sup> após assinatura da conta final, nunca excedendo o prazo máximo de 30 (trinta) dias após a receção provisória da empreitada, a Fiscalização apresentará ao contraente público um Relatório Final da Obra, acompanhada da compilação de toda a documentação produzida na obra, escrita e desenhada, devidamente organizada e catalogada, assim como o original do livro de obra.

2. O Relatório Final da Obra deverá compreender uma descrição da forma como decorreu a empreitada, das suas principais incidências, as modificações objetivas do contrato, as pretensões do empreiteiro decididas, os aspetos que se mantêm litigiosos e o respetivo parecer sobre a matéria, assim como uma proposta de avaliação do empreiteiro.

3. O incumprimento, pela Fiscalização, da obrigação imposta nos números anteriores determina a aplicação da sanção pecuniária nos termos da cláusula 22.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 52.<sup>a</sup>**

##### **(Garantia da Obra)**

1. Findo o prazo de garantia, a Fiscalização assessorará o contraente público na vistoria a efetuar nos termos do disposto no artigo 398.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente na identificação de patologias e deficiências que possam obstar à receção definitiva da obra.

2. Do mesmo modo a Fiscalização assessorará o contraente público caso, algum defeito ou patologia seja identificado durante o prazo de garantia da obra.

3. Para efeitos do disposto nos números anterior, aplica-se, com as necessárias adaptações, os n.ºs 2 e 3 da cláusula 4.º destas cláusulas especiais do Caderno de Encargos.

4. Por cada incumprimento na assessoria a prestar ao Dono da Obra, de acordo com os números anteriores, será aplicada sanção contratual pecuniária nos termos da cláusula 22.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 53.<sup>a</sup>**

##### **(Coordenação de Segurança e Saúde)**

Com a assinatura do contrato, o contraente público designará a Fiscalização como coordenadora em matéria de segurança e saúde durante a fase de execução da obra, nos termos previstos no Decreto-Lei 273/2003, de 29 de outubro.

---

<sup>1</sup> Confrontar com redação da cláusula 10.<sup>a</sup>.

## II - Anexos

### Anexo I

#### Modelo de Relatório Mensal

Empreitada: ...

EM.001....

Relatório n.º ...

Mês: ...

Elaborado por: ...

#### 1. Introdução

Identificação da empreitada

Nome

Prazo

Data de consignação

Preço

Identificação dos intervenientes

Projetistas

Empreiteiro

Fiscalização

#### 2. Projeto

Trabalhos executados

Pedidos de esclarecimento

Identificação dos PE

Histórico da análise dos PE

Trabalhos complementares

Identificação dos TC

Impacto no valor da empreitada

Impacto no plano de trabalhos

Impacto na ordenação de propostas

Supressão de trabalhos

Identificação das ST

Impacto no valor da empreitada

#### 3. Execução

Plano de trabalhos

Balizamento

Caracterização dos desvios ou incumprimentos

Medidas corretivas

Data chave

Caminho crítico

Prazos parciais

Prazo global

Prorrogações de prazo

Afetação de meios

Plano de mão de obra

Plano de equipamentos

Subcontratação

Identificação das subempreitadas

Limite à subcontratação

Aprovisionamento de materiais

Condições de Trabalho

Registo meteorológico diário

Outras condicionantes ao desenvolvimento dos trabalhos

Folha de presença diária com indicação do número de horas, trabalhadas assinada pelos trabalhadores (controlo dos limites de horas semanais, normais e extra, de cada trabalhador do empreiteiro e subempreiteiros)

#### **4. Execução financeira**

Cronograma financeiro

Auto de medição

Trabalhos contratuais

Trabalhos complementares

Supressão de trabalhos

Revisão de preços

Desvios

#### **5. Pretensões e impugnações do Empreiteiro~**

Comunicações do Empreiteiro

Estado e obrigações do Contraente público

Decisão

#### **6. Incumprimento e sanções contratuais**

Identificação do incumprimento

Estado e obrigações do Contraente público

Sanções aplicadas

#### **7. Segurança e Ambiente**

PSS

Seguros

Condições de Estaleiro

Gestão de resíduos

Impacto ambiental

Licenças especiais

**8. Qualidade**

**9. Anexos**

Registo Fotográfico

Atas de reunião

Auto de medição

Comunicações do Contraente público

Comunicações do Empreiteiro

Comunicações da Fiscalização

Documentos relevantes

## **Anexo II**

### **Índice de Compilação Técnica**

#### **1. Identificação da intervenção**

Empreendimento  
Responsável interno  
Empreitada

#### **2. Elementos gerais**

Identificação da empreitada e breve descrição  
Identificação completa dos vários intervenientes  
    Contraente público  
    Equipa Projetista  
    Coordenador Segurança Projeto  
    Coordenador Segurança Obra  
    Subempreiteiros  
    Fiscalização  
Identificação de condicionalismos existentes

#### **3. Informação técnica**

Projeto de execução  
    Peças escritas  
    Peças desenhadas  
Planos de segurança  
Plantas de emergência  
Certificação energética do empreendimento  
Telas finais  
Identificação dos materiais e referências utilizadas para futura manutenção  
Identificação dos equipamentos instalados com os manuais de utilização/manutenção  
Identificação dos sistemas utilizados relevantes para a prevenção de riscos profissionais  
Registo fotográfico da obra

#### **4. Realização de trabalhos de manutenção/conservação**

Identificação de acessibilidades  
Identificação de riscos associados aos trabalhos de conservação e manutenção  
Fichas de segurança para os materiais mais relevantes utilizados  
Planos de manutenção  
Registo de ações de formação

#### **5. Controlo de qualidade**

Livro de obra  
Atas rubricadas

Ensaio efetuados

Certificados de conformidade e garantia

### Anexo III

#### Grelha de avaliação de fornecedores

<b>Conduta e Atuação em Obra</b>	Bom exercício da autoridade e bom envolvimento demonstrado na fiscalização dos trabalhos; e atuação tempestiva na fiscalização do cumprimento do contrato de empreitada, do desenvolvimento dos trabalhos no terreno e do cumprimento das prescrições em matéria de segurança e saúde; e permanente e eficaz <i>report</i> e <i>feedback</i> ao contraente público relativamente a tudo o que respeite à obra; e inexistência de anomalias na maioria das vistorias finais pelo Dono da Obra.	<b>BOM</b>	<b>25%</b>
	Adequado exercício de autoridade e adequado envolvimento na fiscalização dos trabalhos; e Cumprimento das exigências minimamente adequadas na fiscalização do cumprimento do contrato de empreitada, do desenvolvimento dos trabalhos no terreno e do cumprimento das prescrições em matéria de segurança e saúde; e Eficiência mínima no <i>report</i> e <i>feedback</i> ao contraente público relativamente a tudo o que respeite à obra; e existência de menos que duas anomalias na maioria das vistorias finais pelo Dono da Obra.	<b>SATISFATÓRIO</b>	
	Exercício inadequado de autoridade e insuficiente envolvimento na fiscalização dos trabalhos; e Cumprimento deficiente ou incumprimento das exigências na fiscalização do cumprimento do contrato de empreitada, do desenvolvimento dos trabalhos no terreno e do cumprimento das prescrições em matéria de segurança e saúde; e Ineficiência no <i>report</i> e <i>feedback</i> ao contraente público relativamente a tudo o que respeite à obra; e existência de anomalias na maioria das vistorias finais pelo Dono da Obra.	<b>NÃO SATISFAZ</b>	
	Incumprimento da prestação contratual principal.	<b>MAU</b>	
<b>Apoio Técnico e Disponibilidade do Diretor de Fiscalização</b>	Cumprimento perfeito do plano de afetação de meios constante do contrato; e Disponibilidade e acompanhamento permanente do diretor da Fiscalização na supervisão dos trabalhos; e Bom know-how técnico especializado na gestão de empreitadas de obras públicas.	<b>BOM</b>	<b>25%</b>
	Cumprimento adequado do plano de afetação de meios constante do contrato; e/ou Disponibilidade e acompanhamento no mínimo indispensável do diretor da Fiscalização na supervisão dos trabalhos; e know-how técnico especializado na gestão de empreitadas de obras públicas.	<b>SATISFATÓRIO</b>	
	Incumprimento do plano de afetação de meios constante do contrato; e/ou Disponibilidade de acompanhamento insuficiente do diretor da Fiscalização na supervisão dos trabalhos. e/ou patentes carências técnicas na gestão de empreitada de obras públicas	<b>NÃO SATISFAZ</b>	
	Deficiência patente na afetação dos meios à prestação dos serviços ao nível da especialização dos recursos implicados nos serviços e/ou grave insuficiência no acompanhamento da obra pelo seu diretor; e/ou deficiências técnicas na gestão de empreitada de obras públicas.	<b>MAU</b>	

<b>Tramitação Administrativa</b>	Assinalável celeridade e eficiência na gestão administrativa do contrato de empreitada (realização de medições, elaboração de autos, pronúncia sobre planos de trabalhos, pronúncia sobre trabalhos a mais, discussão e parecer sobre eventuais direitos de indemnização titulados pelo empreiteiro, etc.).	<b>BOM</b>	<b>25%</b>
	Celeridade e eficiência na gestão administrativa do contrato de empreitada (realização de medições, elaboração de autos, pronúncia sobre planos de trabalhos, pronúncia sobre trabalhos a mais, discussão e parecer sobre eventuais direitos de indemnização titulados pelo empreiteiro, etc.).	<b>SATISFATÓRIO</b>	
	Deficiente celeridade e eficiência na gestão administrativa do contrato de empreitada (realização de medições, elaboração de autos, pronúncia sobre planos de trabalhos, pronúncia sobre trabalhos a mais, discussão e parecer sobre eventuais direitos de indemnização titulados pelo empreiteiro, etc.).	<b>NÃO SATISFAZ</b>	
	Ausência de critério na gestão administrativa do contrato de empreitada (realização de medições, elaboração de autos, pronúncia sobre planos de trabalhos, pronúncia sobre trabalhos a mais, discussão e parecer sobre eventuais direitos de indemnização titulados pelo empreiteiro, etc.).	<b>MAU</b>	
<b>Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social</b>	Foram adotadas práticas de excelência relativamente à segurança dos trabalhadores, à prevenção de incidentes ambientais, a boas práticas de saúde no trabalho e de respeito pelo meio ambiente. Demonstrou comprometimento com a responsabilidade social em relação aos trabalhadores e à comunidade local.	<b>BOM</b>	<b>25%</b>
	Foram adotadas práticas razoáveis relativamente à segurança dos trabalhadores, à prevenção de incidentes ambientais, a boas práticas de saúde no trabalho e de respeito pelo meio ambiente. Demonstrou algum comprometimento com a responsabilidade social em relação aos trabalhadores e à comunidade local.	<b>SATISFATÓRIO</b>	
	Apesar de não terem existido acidentes e/ou incidentes graves, o acompanhamento efetuado do ponto de vista de ambiente e SST deixa muito a desejar. Demonstrou falta de comprometimento com o ambiente, a segurança e saúde no trabalho e a responsabilidade social.	<b>NÃO SATISFAZ</b>	
	Ocorrência de acidentes de trabalho graves e/ou incidentes ambientais graves. Demonstrou falta de comprometimento com o ambiente, a segurança e saúde no trabalho e a responsabilidade social.	<b>MAU</b>	

## Anexo IV

### Modelo de Auto de Aplicação de Sanções

#### AUTO DE VERIFICAÇÃO DE ATRASO NA EXECUÇÃO DA OBRA

Artigo 403.º do Código dos Contratos Públicos

A **nome empresa fiscalização**, empresa encarregue da Fiscalização da empreitada de **nome da empreitada**, realizou a dia **xx de xx de xxxx** vistoria para efeitos de verificação da conclusão dos trabalhos da empreitada com prazo de conclusão previsto a dia **xx de xx de xxxx**, verificando-se que os mesmos não se encontravam à data concluídos.

Ao dia de hoje, **xx de xx de xxxx**, os trabalhos ainda se encontram em execução, pelo que vem, para os efeitos do disposto nos artigos 329.º e 403.º do Código dos Contratos Públicos, levar a auto as sanções contratuais em que, na presente data, incorre o empreiteiro **nome do empreiteiro**.

#### A – Informações respeitantes ao contrato de empreitada:

- **Preço contratual:** Valor total: 0,00 €
- **Prazo de execução da obra:** 00 dias
- **Data de consignação da obra:**
  - **Consignação Fase 1 - xx de xx de xxxx;**
- **Data de término do prazo de execução da obra (com prorrogações validadas): xx de xx de xxxx**
- **Data de realização de vistoria com efeitos em Auto de Não Receção: xx de xx de xxxx**
- **Estado presente da obra:** Em execução dos trabalhos

#### B – Sanções contratuais:

- **Valor máximo de sanção pecuniária a aplicar, por referência ao preço contratual:**

Limite ordinário: 20%	Limite extraordinário: 30%
0,00 €	0,00 €

- **Apuramento da sanção contratual por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 403.º do Código dos Contratos Públicos e ponto 2 da cláusula 14.ª do Caderno de Encargos:**

#### Cláusula 14.<sup>a</sup>

##### (Multas por violação dos prazos contratuais)

- 1 - Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o contraente público pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual.
- 2 - Em caso de incumprimento dos prazos parciais vinculativos de execução da obra, por facto imputável ao empreiteiro, o contraente público pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em montante correspondente a metade da estabelecida no número anterior e calculada pela mesma forma sobre o valor dos trabalhos em atraso.
- 3 - O contraente público poderá aplicar as sanções contratuais previstas nos termos dos números anteriores até à notificação da conta final da empreitada.

Valor por dia de atraso (incumprimento dos prazos vinculativos)	Valor dia	Dias contabilizados (00/00/2025 a 00/00/2025)
1 (por mil)	000,00 €	00 dias

##### ▪ Valor da sanção contratual apurada:

Sanção N.º	Período de incumprimento	Valor da sanção	Percentagem	Acumulado de sanções aplicadas
1.º	00/00/2025 a 00/00/2025	000,00 €	0,00 %	000,00 €
2.º	...	...	...	...

**C – Sanção contratual a aplicar:** 000,00 € (**por extenso**), totalizando à data um acumulado de sanções aplicadas no valor de 000,00 € (**por extenso**).

Porto, 00 de xxxxx de 2025.

A Fiscalização,